

**EDcl nos EDcl nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
234.682 - RS (2012/0198183-4)**

EMBARGANTE : JOEL FELIPE LAZZARIN E OUTRO  
ADVOGADOS : JOEL FELIPE LAZZARIN (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
RS034887  
SONILDE KUGEL LAZZARIN (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
RS018918  
EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADOR : GUILHERME DE ESCOBAR GUASPARI E OUTRO(S) -  
RS043450  
INTERES. : KL ACESSÓRIOS EM COUROS LTDA - MASSA FALIDA

**DECISÃO**

O presente feito decorre de agravo de instrumento interposto por Joel Felipe Lazzarin e outro contra decisão proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível de Novo Hamburgo que nos autos da execução fiscal movida pelo Estado do Rio Grande do Sul contra a Massa Falida de KL - Acessórios em Couro Ltda., rejeitou a exceção de executividade apresentada, afastando a alegação de prescrição da pretensão de redirecionamento do feito, por meio de embargos declaratórios com efeito infringente (fl. 18). No Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a decisão objeto do agravo foi mantida, nos termos assim ementados:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL -  
REDIRECIONAMENTO - EXCEÇÃO DE EXECUTIVIDADE -  
VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - NÃO  
OCORRÊNCIA - PRESCRIÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA, SEJA PELO  
PRINCÍPIO DA ACTIO NATA, SEJA PELO FATO DE O PROCESSO  
EXECUTÓRIO ESTAR SUSPENSO EM RAZÃO DE EMBARGOS.  
RECURSO DESPROVIDO.

Foram opostos embargos declaratórios os quais foram rejeitados.

Interposto recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal por violação do art. 739, §§ 1º e 2º do CPC/1973, alegando, em resumo, que o art. 793 do CPC/1973 foi aplicado de modo isolado, sem a observância do conteúdo do artigo indicado como violado, isso porque, os embargos à execução propostos pela massa falida versaram tão somente sobre a multa e não sobre o crédito principal, devendo então ser suspenso o prazo prescricional referente à multa, mas fluindo ainda o prazo relativo ao crédito principal, o que redundaria na fluência do prazo prescricional.

Observou a parte recorrente, ainda, que o Tribunal *a quo* não teria tecido considerações acerca das disposições contidas no § 2º do aludido art.

739 do CPC/1973, que determina o prosseguimento da execução quanto à parte não embargada, incorrendo em omissão.

Também alega a ocorrência de divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e arestos deste Superior Tribunal de Justiça.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com enlevo ao acórdão recorrido. Sobreveio agravo nos próprios autos.

Às fls. 370-371 o nobre relator originário determinou o retorno dos autos ao Tribunal *a quo*, tendo em vista a aplicação do art. 543-C do CPC/1973, por entender que a questão dos autos estaria sendo decidida no âmbito dos recursos especiais repetitivos ns. 1.201.993/SP, que trata sobre a prescrição para o redirecionamento da execução fiscal e no REsp 1.272.827/PE, que trata sobre a aplicação do art. 739-A do CPC/1973 às execuções fiscais.

O feito retornou ao Tribunal *a quo*, sendo devolvido à turma julgadora que, por sua vez, entendendo que a questão entelada não seria aquela examinada nos recursos especiais encimados, determinou a devolução a este Superior Tribunal de Justiça (fls. 459-467).

Sobreveio novo despacho determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do REsp 1.201.993/SP.

Opostos embargos declaratórios em face de tal decisão, estes não foram conhecidos.

Foi então apresentado requerimento pelos recorrentes, onde é alegado que a questão enfitada seria distinta daquela que se apresenta no REsp 1.201.993/SP.

Às fls. 507-512, foi proferida decisão pela qual se conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, eis que a matéria não é mesma submetida à análise no REsp 1.201.993/SP.

Opostos embargos de declaração. Foi determinada a devolução dos autos ao Tribunal de origem, uma vez identificado que a matéria deduzida no recurso especial, possibilidade da prática de atos construtivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal foi afetada para julgamento sob a sistemática do repetitivo, nos Resps n. 1.694.316/SP, 1.694.261/SP e 1.712.484/SP, Tema 987.

Opostos novos embargos de declaração. A parte embargante sustenta que o caso em comento versa sobre tema diferente, uma vez que "ocorreu a falência da empresa, com encerramento da atividades, não há continuidade da empresa como ocorre na tese da recuperação judicial" (fl. 551).

É o relatório.

Verifica-se que a parte embargante objetiva o prosseguimento da ação sob o argumento de que a matéria tratada em seu recurso especial é diversa daquela discutida no Tema n. 987/STJ. Assim, recebo os presentes embargos de declaração como petição de distinção, nos termos do art. 1.037, § 9º, do CPC/2015.

No Tema n. 987, a Primeira Seção do STJ discute, sob o rito de recursos repetitivos, de relatoria do Min. Mauro Campbell Marques, a possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal.

Com efeito, verifica-se que, de fato, a matéria em discussão nesses autos destoa da tese supramencionada, eis que a empresa já tivera sua falência decretada em fevereiro de 1989, e encerrada em maio de 2002, conforme documentos acostados aos autos, remanescendo a discussão quanto ao redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da massa falida.

Desse modo, em aplicação da técnica do distinguishing, não há se falar em incidência do tema n. 987 sob o rito de recursos repetitivos, uma vez que se trata de situação fática diversa da disposta no paradigma.

Por este motivo, em juízo de retratação, reconsidero a decisão de fls. 542-545, passo a análise novamente dos embargos de declaração opostos às fls. 516-529.

Os embargos de declaração opostos às fls. 516-529, têm nítida feição de agravo interno.

Ante o exposto, acolho o pedido de distinção, reconsidero a decisão de fls. 542-545, e determino a intimação da parte embargante, no prazo de cinco dias, para complementar as razões recursais, conforme a previsão do art. 1.024, § 3º, do CPC/2015.

Após, manifeste-se a parte contrária, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator